

## AUDIÊNCIA PÚBLICA 02DEZ2010

**Pauta:** Debater aspectos do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Região das Ilhas

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes):** (19h23min) Boa-noite, senhoras e senhores. Na presença da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, Presidente desta Audiência Pública, damos início aos trabalhos, com o objetivo de debater os aspectos do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA – da região das Ilhas.

Passamos à leitura do Edital. (Lê o Edital.)

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência o Sr. Juramar Vargas, Presidente da Associação dos Ilhéus Ecológicos; o Deputado Estadual Ronaldo Zülke; o Sr. Luciano Marcantônio, Secretário Adjunto de Coordenação Política e Governança Local; Sr. Luiz Canali de Azevedo, representante da Secretaria Municipal de Educação; Sr. Pedro Mallmann Saldanha, representante do Ministério Público Estadual – Promotoria do Meio Ambiente; Sra. Joana Braga, representante da Secretaria Municipal de Turismo; Sr. Celso Pitol, representante da EPTC; Sr. Oswaldo Cauduro, representante do DMLU; Sr. Marco Martins, representante do DEP; Sr. Udo Mohr, arquiteto.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, presidenta desta audiência, está com a palavra.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada. Eu queria, em nome da Casa, dar as boas-vindas a todos vocês, às autoridades, agradecer a presença das representações do Governo Municipal e do Ministério Público; do nosso Deputado Estadual Ronaldo Zülke, eleito Deputado Federal; da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; do Sérgio Baierle, da ONG Cidade, que é parceira das lutas populares em Porto Alegre, da democracia. Quero dizer que o objetivo desta reunião, para vocês não acharem que são reuniões em vão, é cumprir o compromisso que assumimos com vocês de dar continuidade ao trabalho que a Comissão Especial na Assembléia realizou; vocês receberam o caderninho na entrada. Tem implicações importantes para Porto Alegre na demanda que vocês estão construindo, claro que implicações significando ações que são de responsabilidade da cidade de Porto Alegre na luta pela regularização fundiária que as famílias de nossas Ilhas estão reivindicando. Claro que essas ações não serão desassociadas, não poderão andar, se o Governo do Estado não continuar trabalhando e realizando os compromissos

que foram assumidos nas audiências, que foram anunciados, processos em andamento que depois vamos procurar recuperar um a um, porque, no final do caderninho, tem não exatamente os compromissos, mas as recomendações, nas duas últimas páginas; inclusive tem duas ou três recomendações que dizem respeito a nós, Câmara de Vereadores, e à Prefeitura Municipal.

Eu fiquei na responsabilidade de fiscalizar, de monitorar e fazer acontecer a parte da Cidade. Estou querendo dizer para vocês que, em função de ter ido representar a Câmara, a gente assumiu esse compromisso. Então, esta Audiência é para dar encaminhamento e ver o que andou do final da Comissão até agora. Nós pensamos na seguinte dinâmica: uma fala inicial do Juramar, que foi o requerente da Audiência, porque para acontecer uma audiência deve ter alguém que requeira, e ele requereu em nome de vocês todos; a pauta das Ilhas, e aí vamos abrir a fala para o nosso Deputado Ronaldo Zülke, que tem outro compromisso, ficando a Angélica como sua representante, e, depois, vamos imediatamente passar a palavra para o nosso Secretário Adjunto da Governança, que é o Luciano Marcantônio, que está coordenando todo o Grupo de Trabalho. Não vamos fazer aqui uma fala de todas as secretarias inicialmente, apenas a dele. Então, a comunidade poderá levantar as suas dúvidas a partir das falas do Governo Municipal. Nós ainda não temos representação do Governo Estadual, ou estou enganada? Não chegou ainda, mas é muito importante, porque tem muitas perguntas para o Governo Estadual, mas depois vamos ver os encaminhamentos.

Passo a palavra, de imediato, para o Juramar fazer a saudação, a abertura e talvez lembrar alguns pontos, em nome de vocês todos, para o início da nossa Audiência.

Lembra-me aqui o nosso Diretor Legislativo que temos uma equipe de funcionários trabalhando para realizar esta reunião, aos quais quero agradecer, inclusive as taquígrafas, gravando a nossa reunião, para termos uma ata; temos o controle de som, lá em cima, toda a turma se disponibilizando a trabalhar de noite.

Teremos inscrições abertas para a comunidade; vocês podem se inscrever ali, com a Valeska.

O Sr. Juramar Vargas está com a palavra.

**O SR. JURAMAR VARGAS:** Uma boa-noite a todos e a todas; comunidade das Ilhas; representantes de todas as Ilhas. No dia 11 de novembro agora, fez cinco anos da criação

da Área de Proteção Ambiental do Parque Delta do Jacuí. Nesses cinco anos, as lideranças das Ilhas vêm cobrando os encaminhamentos, conforme a lei determina, do projeto de lei. De lá para cá, incansáveis fomos nesta luta, e não chegamos ao fim ainda. Nesses cinco anos, as Ilhas praticamente se tornaram uma terra sem lei, onde as apropriações, as construções foram feitas, e os encaminhamentos para as comunidades mais pobres não foram feitos.

Nós temos um Plano de Manejo, agora, no final deste Governo, que é o Governo da Sra. Yeda Crusius, que, infelizmente, na última reunião do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental, disse que o Governo não tinha aceito a questão do edital, da proposta de preço.

Com isso, praticamente, não se sabe, sem o Plano de Manejo, como serão encaminhadas as questões das Ilhas. Até porque tem a questão do próprio Plano Diretor que tem que se adequar à questão do Plano de Manejo.

E a outra questão, mais importante para nós, é a das cinco áreas apontadas pelo Estado para realocação das famílias que se encontram dentro do Parque, em áreas de risco, como margens de rio, e aqueles que estão no perímetro de domínio da BR-290. Como se vai encaminhar? A Governadora – claro, nós estamos num processo de transição de Governo – não encaminhará esse Projeto de Lei. Esse Projeto de Lei ficará para o próximo Governo. Nós temos de estar atentos a isso, e cobrar isso, que este Governo encaminhe esse Projeto de Lei de doação dessas áreas para a Assembleia Legislativa.

E tem a questão do próprio Município de realmente se apropriar dessas questões das Ilhas. Há muito tempo se ficou num jogo de empurra. A responsabilidade maior é do Estado, mas isso não quer dizer que o Município tenha que ficar na retaguarda. Ele tem que tomar a frente, porque as quatro Ilhas são de Porto Alegre. Então, elas têm que ter um “inserimento” maior no Município, na questão das Ilhas, até porque o forte nas duas primeiras Ilhas é a questão do catador e do reciclador.

E a gente sabe que tem um Projeto de Lei em curso que trata da questão da retirada, de forma gradual, dos veículos de tração animal e tração humana. Nós temos de trabalhar, estarmos juntos, sim, com o Município, e o Município junto conosco, para estar encaminhando essas questões, trabalhando junto, e a comunidade não pode ficar nesse processo, como ela vem vindo, de não cobrança. Ela tem que estar unida, cobrar muito sobre isso, ajudar, estar junto com as lideranças e com o próprio Poder Público para estar

lutando, para que essas coisas se concretizem, porque há lideranças das Ilhas que simplesmente já desistiram e não acreditam em mais nada, porque o Poder Público não cumpre a sua função, e realmente fica uma terra sem lei, fica uma terra para aqueles que podem, aqueles que têm poder aquisitivo e fazem tudo o que querem, e nós ficamos lá sendo empurrados, como, por exemplo, na própria Ilha Grande dos Marinheiros, na parte Sul: aquelas famílias que estão lá estão sendo empurradas pelo poder econômico para as áreas do Parque onde elas não podem estar. Isso é muito ruim para nós, porque a gente não tem cadastramento das famílias, sabe? Isso a gente não tem, a gente não tem garantia nenhuma, a gente não pode cair em conversa mole, a gente tem que, realmente, cobrar para que as coisas se concretizem. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Juramar. O Dep. Ronaldo Zülke está com a palavra.

**O SR. RONALDO ZÜLKE:** Muito boa-noite a todos, quero saudar a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e, em seu nome, todas as autoridades que compõem a Mesa, demais Vereadores presentes, em especial, a minha saudação aos moradores das Ilhas do Delta do Jacuí que aqui estão. Nós estamos tratando do tema que diz respeito a uma das regiões mais lindas do Estado do Rio Grande do Sul, talvez um dos principais locais da nossa riqueza natural, que é o Parque do Delta do Jacuí e, mais especificamente, da área de proteção ambiental que foi ali estabelecida. Não bastasse isso, estamos tratando de um tema que se relaciona diretamente com a Capital de todos os gaúchos e com o coração da nossa querida Porto Alegre. Aqui mesmo, agora, foi feita referência pelas lideranças do bairro que esta Casa aprovou um Projeto de Lei que prevê a retirada, do Centro de Porto Alegre, das carroças, que hoje desenvolvem um trabalho importante no Centro da Capital. É um Projeto que tem a ver com o meio ambiente, que tem a ver com as condições de higiene e que tem a ver com as condições de como os resíduos sólidos devem ser tratados pela nossa Capital. Portanto, um tema da maior magnitude e da maior importância, penso eu, para a cidade de Porto Alegre, para o Estado do Rio Grande do Sul. Não obstante tudo isso, estamos falando de um tema que envolve milhares de pessoas, de cidadãos e de cidadãs que há anos aguardam uma solução do Poder Público para as suas condições de vida, para as suas condições de moradia, para as suas condições de trabalho.

Não poderia ser outro o comportamento da Assembleia Legislativa, quando propôs a constituição de uma Comissão Especial para tratar do tema das Ilhas do Delta do Jacuí, e não poderia ser outro o comportamento da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, quando cumpre aquilo que foi lá estabelecido nas conclusões dos nossos trabalhos na Comissão Especial, qual seja o de realizar esta Audiência Pública na noite de hoje. Foi assim combinado, foi assim acertado e assim está acontecendo.

Portanto, eu quero, aqui, parabenizar a iniciativa das lideranças das Ilhas, que provocaram a Câmara, e parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Sofia, que traduz isso num Requerimento, e também agradecer ao conjunto de Vereadores que acolheram essa solicitação e viabilizam a realização desta Audiência Pública. Nós desenvolvemos um trabalho modesto, mas, penso eu, muito importante para o enfrentamento dessa temática. O tema não é fácil, o tema é complexo, e, se a gente aliar à complexidade do tema o componente da falta de vontade política nos últimos anos para resolver o problema, aí temos uma dimensão muito maior da complexidade, portanto, nós teremos que, sim, agregar toda a nossa determinação, toda a nossa inteligência, capacitação técnica, apoio técnico para tentar construir a solução para esse problema, mas isso tudo, necessariamente, precisa estar acompanhado de muita vontade política para se resolver esse problema. E eu quero dizer, sem ser pretensioso e tampouco ufanista, que nós nos encontramos, neste momento, numa condição diferenciada e que pode, pela primeira vez, apresentar condições de nós encaminharmos as soluções que precisam ser encaminhadas para resolver esse problema. Quero crer, sim, que haja vontade do Governo Municipal pela representação dos seus membros que acompanharam todas as nossas Audiências Públicas; quero crer que o Prefeito José Fortunati está efetivamente empenhado em ajudar a resolver o problema e fará a sua parte; quero crer, também, que, se o Governo do Estado atual não fez o que poderia ter feito, o futuro Governo do Estado, que inicia em 1º de janeiro, fará aquilo que é a nossa expectativa para ajudar, dar a sua contribuição para resolver o problema. Da mesma forma, eu espero e tenho certeza de que encontraremos também o apoio do Governo Federal para, também, encaminhar a solução. Portanto, se nós tivermos a parceria da Prefeitura, em especial, mas não se limitando à Prefeitura de Porto Alegre, envolvendo também as demais Prefeituras, a parceria do Estado, a parceria do Governo Federal e a organização, a mobilização permanente, presente, dos moradores das Ilhas, nós, sim, poderemos construir uma

solução para este tão importante problema. Esta é a minha convicção, este é o meu desejo e este é também o meu compromisso como Deputado Estadual que presidiu esta Comissão e como, agora, Deputado Federal eleito, colocando o nosso mandato à disposição dessa boa luta, dessa boa causa. Eu tenho um sonho de alguns anos, de, ali na frente, encontrar, talvez, nas Ilhas, um ponto turístico da nossa Capital, um espaço que possa ser visitado não apenas pelo povo gaúcho, pelo povo brasileiro, mas, quem sabe, por irmãos nossos que possam vir de outros países para conhecer as belezas das Ilhas e aquele povo maravilhoso que ali mora e que precisa muito do nosso apoio. Por que não acreditar nisso? Por que não é possível pensar que esse sonho pode se tornar realidade? Nós temos condições, sim, de enfrentar esse problema. Há vontade política e nós temos mecanismos à nossa disposição. O Governo Federal está aí com o programa Minha Casa, Minha Vida, podendo alcançar recursos para a construção de moradias dignas para a população carente, afinal de contas foi essa a razão principal pela qual o Presidente Lula criou o programa Minha Casa, Minha Vida. A Prefeitura de Porto Alegre pode, sim, priorizar entre as suas reivindicações e na sua programação, no seu planejamento de construção de moradias populares, as reivindicações dos moradores das Ilhas. Nós temos os órgãos ambientais sempre presentes e acompanhados do Ministério Público, zelosos para que o meio ambiente seja preservado. E temos a legislação que foi aprovada quando construímos as APAs, na Assembleia Legislativa. Aprovamos a Lei por unanimidade, e eu tenho certeza de que teremos a disposição da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado para também ajudar a construir a solução. O Estado está colocando-se à disposição para oferecer áreas para as famílias que precisarem ser realocadas. Está aqui, no relatório da nossa Comissão, como também várias outras sugestões que foram o resultado das audiências públicas que nós realizamos na Assembleia Legislativa.

Portanto, companheiros e companheiras, especialmente os ilhéus, moradores das Ilhas, vamos acreditar mais uma vez. Vamos acreditar que é possível, sim, a gente construir uma solução para esse tão complexo e tão importante problema do Estado do Rio Grande do Sul, em especial da nossa querida Capital, da nossa querida Porto Alegre.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, pelo o que estou informado, se prepara para assumir a presidência desta Casa no próximo período, e eu tenho certeza de que a presidência desta Casa estará à disposição dessa boa luta, e estará, certamente, constituindo aqui uma Comissão de Vereadores composta por todos os Partidos políticos que poderão nos

ajudar a fazer a continuidade dessa luta. Na Assembleia Legislativa nós temos outros Deputados que já estão sensibilizados com o tema e que também, tenho certeza, continuarão sendo parceiros. No Congresso Federal, onde eu estarei, vocês também terão um aliado de todas as horas para contribuir naquilo que for possível, para que possamos efetivamente construir as soluções e atingir esse sonho de ver as Ilhas e a Área de Proteção Ambiental com suas moradias regularizadas, com casas dignas para sua população e com aquele ambiente preservado e cuidado pela sua população e pela população de todo o Rio Grande.

Um grande abraço. Vamos continuar essa luta. E até a próxima etapa da nossa caminhada.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Deputado. Convido o Sr. Vicente Trindade, representante do DEMHAB, para compor a Mesa.

O Sr. Luciano Marcantônio, Secretário-Adjunto Municipal de Coordenação Política e Governança Local, acompanhou todo o trabalho da Comissão Especial, que está coordenando um Comitê Municipal para tratar do tema do Delta do Jacuí. Temos muita fé que as demandas andem. Gostaria de não repetir as Audiências, mas partir do lugar onde estamos. Já tivemos a notícia, pelo Juramar, que a prometida licitação não aconteceu. A Governadora não a realizou, Deputado. Portanto, cabe agora ao novo Governo, pois, infelizmente, atrasamos de novo.

Vou ler as demandas (Lê.): “encaminhar projetos habitacionais e urbanísticos junto ao programa Minha Casa, Minha Vida; incluir as representações da comunidade no Grupo de trabalho criado entre a Prefeitura e o Governo do Estado [sobre isso queremos saber se a comunidade foi incluída]; elaborar o Plano de Manejo, com a participação do Conselho Gestor da APA [é mais o Estado]; incluir no Plano Diretor de Porto Alegre a normatização e o regramento necessário para viabilizar a urbanização das Ilhas do Delta do Jacuí na APA [isso é tarefa nossa – Câmara e Prefeitura. Vou levantando as demandas que saíram, vou ver o que o Secretário Marcantônio já tem de encaminhamentos]; realizar o cadastramento socioeconômico e o levantamento fundiário das áreas passíveis de regularização fundiária, com a maior brevidade possível; realizar o estudo geotécnico das áreas oferecidas pelo Estado ao Município de Porto Alegre com vista à regularização fundiária [sobre esse estudo, a informação que tínhamos é que ele estava adiantado,

gostaríamos ter notícias sobre o estudo]; incluir o Projeto Ecoturístico da Prefeitura Municipal de Canoas dentre as ações a serem contempladas pelos recursos das Medidas Compensatórias da obra da BR 448 [os recursos da Copa não estão escritos aqui, mas eu os estou incluindo porque esse assunto foi levantado]; encaminhar o Projeto de Lei à Assembléia Legislativa autorizando a doação das áreas oferecidas pelo Estado ao Município de Porto Alegre [essa é uma tarefa do Estado a partir da aceitação da Prefeitura].” Eu retomo, então, essas recomendações aos órgãos para ver o que conseguimos avançar, pelo menos no Município de Porto Alegre.

O Sr. Luciano Marcantônio, Secretário-Adjunto de Coordenação Política e Governança Local, está com a palavra.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Boa-noite a todos! É um prazer estar aqui na Casa do Povo de Porto Alegre. Quero dar parabéns à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon pela iniciativa de chamar a todos nós para conversarmos, dialogarmos sobre o futuro das Ilhas; quero também dar parabéns ao Deputado Ronaldo Zülke pela maneira como foram conduzidas as audiências da Comissão Especial do Delta do Jacuí – tive o privilégio e a honra de ter sido convidado e estar lá presente; quero saudar os demais membros da Mesa, representantes do Governo Municipal; principalmente quero valorizar a presença das lideranças dos moradores das Ilhas, e assumir, como cidadão de Porto Alegre, que as Ilhas é uma das regiões de maior exclusão – não existe outra situação -, hoje, do Município de Porto Alegre. A partir do momento em que o Prefeito Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre, ele determinou a nós, das Secretarias, que tratássemos a questão das Ilhas como prioridade. Isso foi ao encontro de outra priorização por parte do Governo Fortunati, que é todo um trabalho de inclusão social e alternativa de renda para proporcionar uma vida mais digna para os nossos carroceiros e carrinheiros. É importante registrar que toda essa construção que visa atender ao que a Vereadora colocou – que é o resultado do diálogo intenso que houve a partir da criação da Comissão Especial do Delta do Jacuí – deve e tem que ser feita de forma integrada, conjunta com a comunidade das Ilhas. Não temos como avançar um passo sem estar dialogando em conjunto com a comunidade, senão o Governo vai errar.

A visão do Prefeito José Fortunati, do Governador Tarso Genro, da Presidente Dilma, é exatamente a de termos a caminhada baseada na interlocução, de forma integrada, para

que o Governo, orientado pela comunidade, faça o melhor. E para isso nós temos que avançar em ações concretas, e não podemos ficar só no discurso.

Claro que, um processo de tanto e tantos anos de exclusão, não vai ser de uma hora para outro transformado. Essa união que todos nós queremos, a Ver.<sup>a</sup> Sofia, o Dep. Ronaldo Zülke, o Governo Municipal, o Governo Estadual, o Governo Federal e comunidade, é o momento oportuno para transformarmos a realidade das Ilhas. É a oportunidade de fazermos da natureza das Ilhas, das suas condições, da sua cultura a sua própria solução. Para isso nós temos, sim, que levar um programa habitacional para lá, que agir, que levar programas de qualificação profissional e geração de renda. As Ilhas precisam ser transformadas num grande polo turístico, porque não há uma região mais valiosa em riquezas naturais do que as Ilhas. É preciso criar uma condição alternativa de renda para os nossos queridos trabalhadores carroceiros e carrinheiros, para que eles possam ganhar mais e deixar essa situação desgastante que é o seu dia a dia, conduzir uma carroça, conduzir um carrinho. E por isso que estamos aqui dialogando, Ver.<sup>a</sup> Sofia, Dep. Ronaldo Zülke, para começar um novo projeto, uma nova caminhada.

Em relação à questão habitacional, o DEMHAB, o Dr. Goulart, todas as Secretarias que estão, de forma transversal, trabalhando esse assunto, é prioridade do Governo levar para as Ilhas um programa habitacional. O que nós precisamos fazer? Primeiro, o estudo dessas cinco áreas. Essas cinco áreas já foram transferidas, já houve a intenção do Governo do Estado, através de processo, transferindo essas áreas para o Município, há mais de cinco anos. Agora o DEMHAB, numa atitude conjunta, colocou o edital de Licitação para se estudar a situação do solo dessas cinco áreas. O primeiro edital foi para rua e nenhuma empresa apareceu, não é Vicente? Então nós colocamos novamente o edital na rua. Agora vai ter empresa, com certeza, que vai se interessar em fazer o estudo do solo.

Nós precisamos estudar não para ver se é viável ou não, eu tenho convicção de que é viável construir em qualquer área, mas o estudo dessas cinco áreas é para ver o custo que vai ter a Prefeitura de Porto Alegre para construir nas Ilhas. Porque nós não sabemos a questão da cota das cheias, a questão do aterro, então, nós vamos avaliar através desse estudo, além da viabilidade de se levar um projeto habitacional digno para as Ilhas, também, o custo que isso vai gerar para o nosso erário.

Eu posso dizer, como Secretário e Vereador, quanto à questão do Orçamento, que, se a Prefeitura de Porto Alegre, junto com o programa do Governo Federal, vitorioso, que é o programa Minha Casa, Minha Vida, não for suficiente, é a nossa união que vai fazer com que venham mais recursos. Nós temos que ir juntos a Brasília buscar mais recursos, ou temos que estudar, junto ao erário de Porto Alegre, se temos outras alternativas para investir mais nas Ilhas, porque as Ilhas têm uma situação diferenciada, mas é esse estudo que vai nos dizer a verdade. Esse estudo nunca foi feito e agora vai ser feito. Então, agora, o estudo vai sair.

Morador da Ilha não pode sair da Ilha. Conforme nós conversamos e temos esses pensamentos comuns, Deputado Ronaldo Zülke e Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, morador da Ilha não pode sair da Ilha. Eles vêm de gerações e gerações de dentro das Ilhas e agora vão para a Lomba do Pinheiro, vão para a Restinga, vão para a Cruzeiro? Não vão. Nós temos que respeitar o morador da Ilha e achar uma alternativa para que nós possamos levar um programa habitacional e eles permaneçam lá. Temos casas ecológicas, nas Audiências Públicas na Assembléia, que o Deputado Ronaldo Zülke, com muito talento e com muita responsabilidade social, conduziu. Foram lá expostas inúmeras alternativas de casas ecológicas que proporcionam um programa habitacional sustentável. Eu mesmo, junto com o Vicente, estive em Blumenau, Santa Catarina, conhecendo um programa de casas ecológicas, junto com outros técnicos do quadro do Município de Porto Alegre. Alternativas existem, precisamos é de vontade política por parte do Município. Tenho certeza de que o Governador Tarso Genro é parceiro, tem a mesma vontade política, assim como a Presidente Dilma também.

Com relação ao cadastramento, nós conseguimos encaminhar um Projeto para a Câmara – de Medidas Compensatórias da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com a gestora do Parque Estadual do Delta do Jacuí, que é a Vânia –, sendo que ele foi aprovado.

Temos 300 mil reais para investir, oriundos de medidas compensatórias da Empresa Central Termelétrica Sul S.A. São 300 mil reais de Medidas Compensatórias, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que a Câmara aprovou, para que, por meio dessa Empresa, possamos contratar uma entidade, uma empresa, que faça o cadastramento de todos os moradores de áreas de risco das Ilhas, de todos os moradores em situação irregular, de todos os moradores em situação precária, de todas as Ilhas. Junto, nesse

Projeto, há o cadastramento de todos os carroceiros, de todos os carrinheiros e de todos os cavalos; isso vai ao encontro também do nosso Projeto de redução gradativa. Aí nós vamos ter o perfil socioeconômico de cada um. Nesse cadastro vamos saber também qual é a intenção de alternativa de renda de cada um.

Então, já temos o Edital na rua, para o estudo das áreas; já temos 300 mil reais de medidas compensatórias do Projeto aprovado, que é mais que suficiente para fazer esse cadastro; e também existem recursos que podem ser utilizados para estudo do solo. Seriam, inicialmente, 200 mil para o cadastramento e cem mil para o estudo do solo, mas para não ficarmos na burocracia, para não atrasar o processo, o DEMHAB já tomou a iniciativa de lançar o Edital para o estudo do solo, porque não podemos mais protelar essas ações porque os moradores das Ilhas esperam há tanto tempo e ficam nessa angústia.

Também determinei que o gerente do programa do Gabinete de Planejamento Estratégico assumisse a responsabilidade de nós, Município, fazermos tudo que for necessário para assumirmos imediatamente essas cinco áreas.

A questão do Plano de Manejo: é um trabalho integrado, mas que parte muito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; depende exclusivamente, inicialmente, da Secretária Estadual do Meio Ambiente. A Prefeitura está completamente à disposição para trabalhar de forma integrada com o futuro Governo para que, realmente, aconteça o Plano de Manejo e o Plano Diretor para as Ilhas.

A questão do Grupo de Trabalho: nós trabalhamos, em nível de Prefeitura de Porto Alegre, em nível de Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, o máximo possível com a interlocução com os moradores das Ilhas. Temos que melhorar mais, temos que melhorar a interlocução, temos que avançar, é claro, mas sobre a nossa interlocução com as Ilhas, eu deixo que as próprias lideranças que aqui estão comentem.

A questão da SMOV e do CRAS, estamos conseguindo agora, porque é um drama toda vez que a SMOV precisa fazer um reparo lá, uma terraplenagem, porque tem que sair do Centro, porque não tem o maquinário lá, então a SMOV, através dessa transversalidade entre Governança e SMOV, estamos, a pedido da SMOV e também pela sugestão dos próprios líderes das Ilhas, articulando, dentre uma dessas cinco áreas, uma área em que funcione a SMOV, o CRAS, ou seja, a SMOV vai estar nas Ilhas. Aí não vai ser preciso mais essa pressão para que a SMOV vá às Ilhas. A SMOV vai estar nas Ilhas, porque,

dentre essas cinco áreas, vamos escolher uma área em que vão ficar todos os departamentos importantes e necessários da Prefeitura, vão ficar localizados em uma área nas Ilhas. A SMOV vai se instalar lá, só depende de nós, agora, assumirmos imediatamente essas áreas, demarcarmos, e lá, então, instalarmos a SMOV, que tem noção da importância de estar lá para que o trabalho de reparo, da rotina das estradas das Ilhas, seja feito com mais eficiência, porque é isso que vocês precisam.

Há muita coisa para se falar sobre as Ilhas. Nós temos um Plano de Desenvolvimento das Ilhas – que se encaixa perfeitamente na Agenda 21 -, mas temos que criar essa interlocução, e a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon é nossa parceira. Precisamos aproximar, realizar encontros da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Ministério do Meio Ambiente, para que possamos ter também, através da Agenda 21, que tem todo um plano relacionado ao meio ambiente, que se encaixa com o Plano de Desenvolvimento das Ilhas da Prefeitura de Porto Alegre, num trabalho conjunto. Tem a questão da qualificação profissional, que nós, junto com a SMIC, com a FASC, com o GPE – Gabinete de Planejamento Estratégico, estamos levando para as Ilhas os cursos de qualificação profissional. Já estão formando turmas, já estão acontecendo os cursos. Tem que acontecer mais e mais, porque os cursos existem, a maioria deles conveniados com o Governo Federal, com o Ministério do Trabalho. Nós temos a questão dos carroceiros, que é uma política ampla de inclusão que tem que ocorrer, para que não se cometa um processo de exclusão social. Nós não podemos cometer com vocês, carrinheiros, o que já aconteceu com outros segmentos aqui em Porto Alegre, que foram retirados da sua condição de ter renda e não foi pensado nada ao contrário. Outros projetos aconteceram, mas não se mantiveram. Então, nós temos que ter muito respeito com estas famílias e muito cuidado para não errar. Inclusive, recentemente, o Prefeito Fortunati encaminhou a esta Casa, em caráter emergencial, um Projeto de Lei que cria o Fundo para que o trabalho de redução gradativa de carroceiros e carrinheiros aconteça com mais efetividade, com mais inclusão social.

Então, é basicamente isso que, inicialmente, eu quero colocar, Ver.<sup>a</sup> Sofia, mas dizer que todos nós sabemos qual é a solução para as Ilhas. Todos nós sabemos! Nós temos é que nos unir, nós temos é que pensar acima das questões ideológicas, das questões partidárias. E, aí, eu tenho certeza de que as Ilhas vão ser um bairro digno, um bairro que os moradores das Ilhas merecem. Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Marcantônio, nosso Secretário.

Eu tenho, aqui, as inscrições. Nós vamos passar a ouvir os moradores. Nós vamos trabalhar com quatro minutos e vamos levantar questionamentos, agora, perguntas e precisões que vocês querem ouvir. Depois, se precisar, as diferentes Secretarias e o próprio Ministério Público irão se manifestar, respondendo.

O Sr. Erotides Vieira Luiz, da Ilha das Flores, está com a palavra.

**O SR. EROTIDES VIEIRA LUIZ:** Boa-noite tribuna; boa-noite Porto Alegre; boa-noite Ilha das Flores; boa-noite Ilha do Pavão; boa-noite Ilha da Pintada, a todos aqueles que eu esqueci, incluso o Projeto Delta do Jacuí, que é desde Canoas, Prainha de Paquetá, Eldorado do Sul e sobe por ali. Mas como hoje está mais centralizado para a Ilha das Flores, Ilha do Pavão e o assunto Delta do Jacuí e Sua Gente, aqui estou para falar que, se eu fosse apenas apresentar o que eu peguei aqui nesse gravadorzinho, ia dar um rebu, talvez já sairia morto, como quase aconteceu nesse dia que eu tirei esta foto (Mostra fotografia.), com o hoje Governador – na época era Vereador. Nós estávamos no Hotel Plaza São Rafael, numa festa de quatro dias, inaugurando o Projeto Guaíba Vive, e as moradias que estavam sendo removidas das áreas de risco – inclusive, a Ilha Cai Cai, que eu ajudei a ganhar 450 casas, no morro do Osso, Vila Nova/Cavahada, e, em troca, por causa de tudo isso que eu fiz por eles, botaram fogo na minha casa.

Agora não está acontecendo nada mais diferente. Em janeiro também acabaram de derrubar um ali, sem ordem judicial, sem nada. E assim acontece. Se eu fosse mostrar todas as falcatruas que existem, principalmente na Ilha das Flores, eu não sei se sairia daqui vivo hoje. É muito sério! Foi um engenheiro que me passou o que está aqui e o que está ali em mapa. Naquela pasta grande está todo o Projeto Delta do Jacuí e Sua Gente, até o dia de hoje.

Mas não vou fazer as tais denúncias para não deixar vocês tristes; apenas vamos dar valor a um Deputado, que já se retirou da Bancada, de muito valor, porque, se não fosse ele, nós não estaríamos aqui, hoje, e dar valor a toda esta Mesa: DEMHAB; minha colega Sofia; a Angélica; e o nosso colega da Associação, que eu chamo de Índio. Desculpem, eu não pude nomear todos eles aqui.

Então, eu estou aqui com uma nota, que vou ler no momento. (Lê): “Estamos aqui para continuar o Movimento Salve o Delta do Jacuí e Toda a Sua Gente.” Para mim, são coisas a médio e curto prazo, mas aqui pede para médio e longo prazo. Bom, se elas saíssem... Se o nosso Governador apenas estivesse aqui por cinco minutos e dissesse para nós: “Olha, eu, em campanha, pleiteei 97 bilhões para o Estado do Rio Grande do Sul – moradia, educação, saúde, asfalto, ponte e, inclusive, para o Minha Casa, Minha Vida.” Mas, enquanto isso, continuam derrubando a minha casa; uma cunhada me botando ali na parede, fazendo um bequinho para eu ter que sair de lá dos fundos, e ela querendo a frente toda para vender, dizendo ser dona. Chega outro lá dizendo que tem escritura e quer tomar a área e quer vender para as marinas, quer vender lá para os Estados Unidos para fazer pousada, enquanto o pobre não tem direito nem de morar debaixo da ponte! Meu muito obrigado, até não vou falar mais. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Erotides. A Angélica Mirinhã, que vocês conhecem, está aqui, agora, substituindo, representando o Deputado Ronaldo Zülke, que se retirou para outra agenda.

A Sra. Nazaré da Silveira Nunes, Conselheira do OP Ilha Grande dos Marinheiros, está com a palavra.

**A SRA. NAZARET DA SILVEIRA NUNES:** Boa-noite a toda comunidade das Ilhas e aos que não são das Ilhas. Eu estou aqui preocupada com o que aconteceu. Nós fizemos toda aquela caminhada olhando os lugares onde nós iríamos conseguir colocar os moradores que estão dentro da área onde não pode ficar. E o que aconteceu? Ali na Ipiranga, naquela área que nós olhamos e que nós escolhemos para irem os moradores, ali atrás da rádio, aquela área da Ipiranga foi vendida. Dali do rio do Furado Fundo até o Saco da Alemoa, toda aquela área foi vendida. E a minha preocupação agora é onde vão ser colocadas as pessoas. Vai começar tudo de novo? Foi vendido para um estrangeiro; a pessoa é do estrangeiro, não sei se é japonês; foi vendida essa área, e ele está falando em fazer rua, em fazer uma área de lazer, turismo. Ele pegou toda aquela parte dos três rios, que é aquele saco que tem atrás do hotel, o rio do Saco da Alemoa e ali do Furado Fundo, para fazer uma área de lazer. Essa é a minha preocupação. Eles pediram segredo, que não era para falar nada, mas eu, como sou da Comissão e sou de dentro da

comunidade, a gente é obrigada a falar (Palmas.) e dizer onde está a preocupação dos moradores, pois se o pobre não pode fazer nada... Esta semana mesmo, a rodoviária foi lá e quebrou uma casa, na Rua da Cruz, porque ele estava aumentando a casa! Quer dizer, o pobre não pode construir um banheiro, não pode fazer um quarto para um filho com uns pedacinhos de madeira, mas eles podem desmatar todos os maricás para eles morarem e terem lazer! Era só essa a minha preocupação, Ver.<sup>a</sup> Sofia.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Nazaret. O pessoal está anotando e vamos responder no final.

A Sra. Liane Farias, Conselheira do OP da Ilha Grande, está com a palavra.

**A SRA. LIANE FARIAS:** Boa-noite a todos, boa-noite à Mesa. Eu gostaria de falar sobre o pessoal que mora lá no final da Ilha Grande dos Marinheiros. Nesta semana, a FASC esteve lá para cadastrar o pessoal. Aquilo lá está simplesmente atirado ao léu. Nem o caminhão-pipa está conseguindo entrar para levar água para as pessoas.

Quero saber se a Comissão já foi lá para saber se as pessoas têm para onde ir, para onde vão levá-las e o que vão fazer com elas, se elas não têm direito nem à água da pipa, quanto mais a uma moradia!

Também gostaria de falar do pessoal que mora na prainha, que são esquecidos por todos; eles não têm água e nem luz, porque a luz que eles têm não dá nem para gelar uma água para tomar, não dá nem para eles tomarem um banho decente. Então, essa é a minha preocupação.

Também gostaria de falar para o DMLU que deixou as Ilhas abandonadas. O caminhão do lixo está passando às onze e meia da noite, sem contar que eles vão rasgando os sacos e sujando toda a rua; depois, vão fotografar e dizer que são os carroceiros que são relaxados. Então, o DMLU tem que fazer sua parte, porque sabia que as nossas Ilhas são diferenciadas da Cidade. Sem contar que não entram nos becos; fica o lixo semanas e semanas e, quando vem o calor, vem mosca, vem tudo, e traz preocupação.

Até para colocar um aterro na rua, como disse o Luciano – a quem a gente agradece, pois esteve lá com uma comissão, atendeu a nossa comunidade. Lá está um caos mesmo. O DMLU está deixando a desejar, porque no início do Governo existia mutirão para conscientização. Agora querem fazer de novo. Eu acho que a comunidade é que vai ter

que ensinar o DMLU como limpar as Ilhas, porque depois botam no jornal que são os lixeiros, os carroceiros que deixam o lixo espalhado. Não. Eles levam o lixo para dentro da Ilha, sim; reciclam, vendem e botam no pátio.

Houve uma reunião no nosso FROP, e teve um representante do DMLU que falou que tem galpão clandestino. Pelo amor de Deus, gente, vocês se apegam a qualquer coisinha para derrubar o pobre! Quer dizer que nós, carroceiros, recicladores, somos relaxados? Não é assim. Tem que ensinar também o DMLU o compromisso de entrar lá e limpar, sim. Tudo bem que é um lugar diferenciado, tem que ver esse lado, nós somos diferenciados, mas nós estamos dentro de Porto Alegre, e tem gente que mora lá, não é bicho que está jogado lá. Se vão preservar os bichos, preservem as pessoas que estão lá dentro também. (Palmas.)

Quando o Secretário fala em inclusão e exclusão, isso me preocupa muito. Se fala tanto em exclusão, e nós temos lá um projeto do ProJovem, que para mim teve uma exclusão devastadora lá dentro. Por quê? Então, façam os projetos, mas cumpram o que prometem. Não façam propaganda enganosa; daí as pessoas vão para lá, ficam um ano e não cumprem o que é prometido. (Palmas.) Os alunos estão sofrendo na pele. E preocupa muito mesmo, Marcantônio, quando tu falas nos cursos, se o próprio ProJovem está falindo por culpa não sei de quem. Deve ser do Governo, deve ser do Município, não sei de quem. Vamos olhar para os professores que vão lá, muitas vezes até sem passagem. E os alunos também. A bolsa que foi prometida, até hoje a gente não sabe como é que está sendo distribuída; uns recebem, outros não. Procura dar uma olhadinha para nós sobre isso. Era isso. Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Eliane. A Sra. Vera Turik está com a palavra.

**A SRA. VERA TURIK:** Boa-noite a todos. Eu queria fazer a seguinte pergunta: com quem está a verdade sobre a área da Ipiranga? Eu soube de fonte segura que ela foi vendida. Agora, como fica o projeto da análise do solo de lá? Afinal, o que está sendo feito, de fato, se a área foi vendida? Vão avaliar o solo para quem, para os estrangeiros que compraram ou vão fazer a análise para realocar as pessoas que moram em áreas de risco? Com quem está a verdade? Em quem a gente vai acreditar?

Outra coisa, na Ilha Grande dos Marinheiros, a área em que moramos é área do Estado. Se é área do Estado, a Prefeitura teria pelo menos que arrumar a estrada, porque precisamos de estrada enquanto houver gente morando lá. A gente depende do caminhão-pipa para fornecer a água e a gente depende da tração animal para se locomover dentro da Ilha, e não tem mais condições. Antes de chegar na Vila, a gente já está sem a carroça, porque já quebrou no meio do caminho. Então, a gente quer providências. Queremos saber o que vai ser feito com aquele pessoal ali. Outra coisa, a gente está pedindo uma fiscalização, por parte do Estado, porque está tendo uma ocupação indevida na área, e é área do Estado. Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** A Sra. Patrícia Barreto está com a palavra.

**A SRA. PATRÍCIA BARRETO:** Boa-noite a todos. Falo como moradora e como Diretora, Sofia. Voltei às Ilhas por incompetência da Prefeitura Municipal, por abuso de autoridade, e todos os companheiros sabem dos relatos, e acho que a Vereadora, também. Mas isso me preocupa muito. Estive no DEMHAB, conversei com o Dr. Lucio, e ele me colocou a seguinte posição: “ Patrícia, temos que ver, já que tu acompanhas as Ilhas, como a gente vai comprar aquelas áreas!” Eu disse para ele que as áreas já tinham sido compradas. Ele me disse o seguinte, e isso me preocupa muito: “Vai ser colocado em cima do cadastro do Minha Casa, Minha Vida”. Eu já falei e repito: “Não houve cadastro nas Ilhas”. O cadastro foi feito no CAR, 100 pessoas, no máximo 150 pessoas fizeram, porque nem todo o mundo vai atravessar todas as pontes de carroça e largar o seu galpão, a sua reciclagem, a sua família, para ir à Ilha da Pintada fazer o seu cadastro. Outra coisa, a construção da nova ponte. Até agora, a comunidade, as lideranças estão excluídas do processo da construção da nova ponte, que vai atingir duas Ilhas, vai pegar a alça da ponte, vai pegar a ponte e cadê os moradores? Cadê todo mundo que mora naquela dimensão que vai pegar e que não está sendo chamado, não está sendo avisado? Só vão lá, fazem um levantamento, medem os terrenos para ver onde é que vai ser. E a comunidade pergunta: por que está acontecendo isso? E as lideranças e os representantes não podem fazer parte do processo da construção.

A uma técnica do DEMHAB, numa Audiência Pública, eu perguntei o seguinte: “O que foi feito para a regularização fundiária das Ilhas?” Sabe o que eles responderam? Que não

tem equipamento técnico para fazer isso nas Ilhas! Quer dizer que em todo o Município tem e para as Ilhas não tem!

Então, eu pergunto: como é que vamos demandar no OP, já que todo mundo vai no OP, se não podem ser concluídas, não podem ser feitas? Todo mundo vai para as reuniões para quê? Para pedir, para solicitar, porque é uma demanda da comunidade, uma necessidade e um direito de cidadão, porque nem todo mundo na Ilha tem luz, rede baixa. Na Prainha e nos becos não têm luz, é uma luz que tem de tirar lá da ponta e levar até o fundo. Sendo que diz a Constituição que nós temos direito à luz e à água para todos! (Palmas.)

O Plano de Manejo é muito bonito no papel, só que o Município, até agora, esteve omissos. Agradeço ao Marcantônio, que, nesta gestão, e depois desse grupo que está sendo feito, estão olhando um pouco para as Ilhas, porque as Ilhas estão abandonadas em relação à saúde, em relação à infraestrutura. E não digo só na Ilha Grande e Ilha do Pavão, que são as mais gritantes, mas em todas as Ilhas.

E para concluir, como Diretora da UAMPA e do Movimento Comunitário, eu acho que deveria ser feito dentro da Câmara de Vereadores, Sofia, realmente, uma comissão para acompanhar isso, porque foi colocado por Vereadores, os quais não quero citar, promessas que, até hoje, não foram cumpridas.

É muito bom chegar nas Ilhas, em época de eleições, e dizer que vão construir, que teremos casa e, depois, virarem as costas.

Então, eu peço, eu clamo, aqui, para que seja feita uma comissão para ver como é que serão feitas essas casas. E outra coisa, como o Município vai comprar uma área, se a área já foi comprada? Onde é que vão colocar todo mundo? Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** A Sra. Beatriz Pereira está com a palavra.

**A SRA. BEATRIZ GONÇALVES PEREIRA:** Boa-noite à Mesa, boa-noite a todos e a todas, boa-noite às Ilhas, eu teria muitas coisas para falar, mas eu vou ter de me ater à pauta, que é questão da APA. Entendo que o novo Governo tem um grande trabalho pela frente, que é chegar e dar conta do que o Governo anterior não conseguiu, porque não quis. A questão do Plano de Manejo é emblemática, porque a partir dele é que todas as ações vão se consolidar; do contrário, isso não vai acontecer. E isto que a Sra. Yeda

Crusius fez foi proposital! Então, entendo – e já deixo um recado para o Governo que está chegando – que é compromisso número um com as Ilhas, porque senão nós vamos estar sempre nos deparando com a mesma fala.

Outra coisa que me preocupa é que o tempo passa. Quem é que vai parar a Concepa? Novamente eu vou fazer essa pergunta. Hoje, eu estou muito feliz, nós tivemos a nossa reunião de rede, a presença da Assistente Social do Módulo – não dá para chamar de CRAS, me desculpem, tem que ser Módulo Ilhas mesmo –, porque, ainda no mês de novembro, tivemos duas casas completamente destruídas arbitrariamente pela Concepa e a PRF – Polícia Rodoviária Federal. Até quando? Toda vez que tem uma Audiência, a gente pergunta, a gente fala, e as coisas continuam.

Quero dizer para o povo das Ilhas o seguinte: quem quer fazer reforma da sua casa – casa nova não pode construir -, tem que se deslocar até a Ilha Mauá, na SEMA, e falar com a Clara, a Geóloga, para que eles possam olhar a situação dessa casa, é claro que vinculada à Assistência Social. E o Marcantônio dizia e trazia isso muito bem aqui, nós temos que, nas Ilhas, trabalhar em rede, integrados, porque isso não está acontecendo. Vocês já viram a reclamação do próprio DEMHAB, do próprio DMLU. Marcantônio, a coisa vai ter que começar lá por dentro. Ou vocês fazem essa gente entender que eles são subordinados, ou a coisa não vai funcionar. Nós queremos trabalhar integrados, mas, para isso, algumas pessoas têm que entender que existem Secretários, Subsecretários, e que alguém vai ter que atender essas demandas. (Palmas.) Fora disso, não pode trabalhar com o Poder Público, não está apto para isso. E já foi dito aqui, a nossa região é diferenciada, e tem que ser respeitada. A pergunta é: quem é que vai parar a Polícia Rodoviária Federal na questão das violentações do nosso povo, todos os dias? Ali está a Assistência Social, há relatos e relatórios sobre isso. Isso é que nos assusta, isso é que nos traz medo, é uma espada na cabeça, uma nas costas e outra no peito, todos os dias. (Palmas.) Quando é que isso vai terminar? (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** O Sr. Pedro Amaral da Silva está com a palavra.

**O SR. PEDRO AMARAL DA SILVA:** Boa-noite a todos presentes, eu tenho, sim, uma preocupação com o pessoal da Ilha, porque, quando a gente iniciou, foi dado aqui o

pontapé inicial, no Legislativo, lá em cima, foi aprovado por 41 votos a favor e um só voto contra, quando nós passamos a ser APA. Porém, tem um detalhe: as obras que eu vejo dentro das Ilhas são fortalezas, são mansões, onde nós, pobres, fomos usados como ratos de laboratório, e fazendo coisas para os ricos, que tiram sarro da nossa cara vinte e quatro horas! O Poder Público age muito é para cima do pobre; para cima do rico, ele não quer nem saber. Se o pobre vai botar uma caçamba de aterro, vem a Secretaria Estadual do Meio Ambiente com uma multa e um processo para cima do pobre; só que o rico pode botar mil caçambas de aterro, pode detonar a vegetação natural e ambiental das Ilhas do Delta do Jacuí – a prova está ali. Menos mal, que vocês deram o grito de liberdade, e agora, dia 1º, troca o Governo. Primeiro, quem não acreditava passou a acreditar um pouco mais. Queiram ou não queiram, vão ter que engolir a Presidente: é uma mulher, se chama Dilma, e é do lado do povo, gosta do povo. Queiram ou não queiram, com nojo ou sem nojo, vão ter que engolir.

Dia 1º de janeiro, o nosso Governo vai se chamar Tarso Genro. Esse homem conhece a realidade das Ilhas, como vocês. E a Secretária do Meio Ambiente, para quem não tem informação, vai se chamar Jussara Cony. Digo aqui para vocês: se tem um Governo de coalizão, onde estão fazendo uma composição, menos com o PP e o PMDB, então temos que nos unir, sim. Eu só espero que este Prefeito de Porto Alegre não pegue o vírus contaminante do Prefeito que estava no Governo passado. Que aja junto com o povo, porque ele vai fazer parte do Governo Tarso na Secretaria da Saúde, porque as Ilhas vêm à mercê da Saúde, e nós vamos morrendo.

Dizem que é o impacto social! Impacto social somos nós, porque eles não nos dão suporte. Principalmente, como foi falado aqui, o caminhão, senhor representante do DMLU, que está passando às 23h, à meia-noite – isso eles não chegam a dizer para os senhores. O lixo, hoje, é matéria-prima, é capital, é dinheiro; antigamente, não, era um meio de sobrevivência que nós tínhamos.

Nesta Casa, foi aprovado e foi sancionado um Projeto para acabar com o veículo de tração animal ao longo de oito anos. É mentira! Já estão antecipando, para a virada do ano e o ano que vem, acabar com o veículo de tração animal, não deixar os carroceiros passarem nas vias de Porto Alegre, porque o olhar ambicioso todo é para a Copa do Mundo que está aí. É dinheiro que não acaba mais. Quem está governando, está louco, não sabe nem o que vai fazer, para vocês terem uma conclusão.

Foi dito aqui de novo, pela própria Nazaré, e eu concordo, em grau, com ela: se nós temos área delimitada, onde será recolocado o pessoal? Como é que aparece uma pessoa, se não tem o acompanhamento da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e do Poder Público, dizendo que comprou a área da Ipiranga? Está errado. Chegam ali, nós somos os donos, nós vamos tirar. Então, para quem fica pensando que as coisas estão lindas e maravilhosas; não estão, não. Em primeiro lugar, digo para vocês, têm pessoas que estão do nosso lado, pessoas que gostam de nós, pessoas que lutam conosco, pessoas que estão ombro a ombro conosco, o Luciano é um, mas têm muitas pessoas dentro do Secretariado do Fortunati que tem que mandar embora. Manda embora porque não prestam! (Palmas.) Para finalizar, espero que esta Casa seja comandada pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e que ela dê ouvido para o povo, porque o antecessor dela que estava aqui dentro não queria nem ouvir a palavra do povo. (Palmas.)

**A SRA. PREDIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Pedro. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa-noite a todas e a todos, eu queria, primeiro, parabenizar a mobilização da comunidade, porque sabemos que, há mais de cinco anos lutando, às vezes o pessoal se desmotiva. E eu vejo que vocês, com a força de vocês, têm garantido que a voz da comunidade seja ouvida e que, inclusive, algumas coisas comecem a ser mais discutidas. Eu queria concordar não só com o Pedro, mas com todo mundo que conhece as Ilhas e que não consegue entender por que na área de moradia do povo não se pode aterrar, não se pode construir. Logo chegam os caminhões e, muitas vezes, acabam com a tentativa de construir a casa das pessoas em função do estudo que tem que haver; mas, na área das mansões, há sempre construções. (Palmas.) Parece parte de uma lógica que eu tenho visto em toda a Cidade, e eu queria trazer isso para vocês. Quando a gente debate a situação dos carroceiros, carrinheiros, quando a gente debate a situação dos camelôs da Cidade – que foram enganados, lá no Camelódromo, e agora estão sendo despejados pela própria Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, que levou os camelôs para lá, fazendo o favor de deixar centenas de pessoas desempregadas às vésperas do Natal -, nós estamos debatendo um modelo de cidade que, infelizmente, quer esconder a pobreza, a desigualdade social, quer tirar talvez o

pouco que as pessoas têm para poder trabalhar, fazendo uma bela Cidade para a Copa de 2014 para inglês ver, mas não para a população de Porto Alegre morar. Não é à toa que estamos assistindo agora – e queria colocar para vocês que esse Projeto, que votamos ontem aqui na Câmara de Vereadores, teve o meu voto contrário e o voto contrário da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon – uma isenção para os *shopping centers*, os centros administrativos e os hotéis construírem mais. Hoje, quando se constrói mais do que a altura permitida no Plano Diretor, deve-se pagar para o Município, dinheiro que muitas vezes a gente luta para que vá para a habitação popular. O Projeto, que foi aprovado ontem, sem o nosso voto, isenta os *shopping centers* e os grandes empreendedores de pagar o dinheiro a mais que deveriam ao construir uma altura maior do que permite o Plano Diretor da nossa Cidade. Também são assim as isenções milionárias que estão sendo feitas para as empresas que estão vindo a reboque dos times para a Copa de 2014 na nossa Cidade. Há um cálculo que estima que, com isso, se pode deixar de arrecadar 200 milhões de reais. Aí, Patrícia, não tem equipamento técnico para fazer o estudo para ter regularização fundiária para milhares de pessoas que moram nas Ilhas. Há um estudo das 600 pessoas que moram na área de risco, mas ninguém sabe quem são as pessoas ou qual vai ser a política para essas pessoas que moram na área de risco. Aí, tem problema de atendimento no posto de saúde, nós sabemos, no sentido de incorporar cada vez mais as demandas da comunidade em função da falta de recursos. É uma unidade que tem muitos problemas, muitos problemas, ainda mais quando chove, quando tem enchente, porque, já que não é permitido aterrar, pega a casa e os móveis que, às vezes, são fruto de uma vida de trabalho.

Eu queria dizer, além disso, que o problema do programa Minha Casa, Minha Vida, de zero a três salários-mínimos, que a comunidade estava reclamando, é que não havia sido feito o cadastramento da comunidade. Evidentemente nós temos que encaminhar, eu quero fazer duas propostas de encaminhamento, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, uma delas é o cadastramento dos moradores, porque, certamente, tem que ter um posto ou um mutirão da Prefeitura para fazer o cadastro das famílias. Agora, não dá mais para o programa Minha Casa, Minha Vida, Juramar, de zero a três salários-mínimos, em Porto Alegre, andar tão devagar como está andando. Está andando tão devagar que sequer consegue responder às demandas de habitação, que são milhares na nossa Cidade. Vemos a especulação imobiliária com os olhos bem grandes para as áreas da Zona Sul, para os

terrenos privilegiados para construir grandes prédios e lucrar mais com seus prédios, enquanto a população está lutando pela sua moradia.

Depois, vale a pena nós falarmos sobre a área da Ipiranga. Eu ouvi os comentários de moradores sobre essa área e falava com o César que essa área tinha sido um comodato do Estado para a Ipiranga, portanto não poderia ser revendida. Era uma área do Estado! Quer dizer, agora a Ipiranga vende terrenos públicos do Estado, sendo que se sabe que, quando há um comodato, é por um determinado prazo, com contrapartidas, depois a área tem que ser devolvida. Então virou o *laissez-faire* das grandes empresas ou o “faz-tudo” das grandes empresas, e o povo de fato não pode fazer nada, senão tem problemas com a Prefeitura, Justiça, Governo, enfim.

Eu queria encaminhar que, além de lutar para que se tenha um peso e uma medida – dependendo da área que tu moras, pode: se moras na área de mansão, pode; se moras na área popular, não pode –, façamos uma reunião com o Governo. Já tem uma equipe de transição do Governo Tarso, acho que não custa nada sair uma equipe daqui. Luciano, que tem acompanhado pela Prefeitura, reivindicado pela comunidade, ouvido as demandas da comunidade, junto com a Câmara, com os representantes da UAMPA, com os representantes de lideranças populares, peçam uma reunião, imediatamente, com a equipe de transição do Governo Tarso, que assume dia 1º de janeiro. Nós queremos uma resposta imediata, porque, mais cinco anos, tenho certeza de que vocês não merecem aguentar. Há direitos na Constituição e eles têm que ser cumpridos, e só serão com a luta de vocês. Podem contar com o apoio do PSOL. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Valeu, Fernanda. O Irmão Laurindo Viacelli está com a palavra.

**O SR. LAURINDO VIACELLI:** Boa-noite à Mesa, a todas as pessoas que compareceram para esta Audiência, ao povo das Ilhas e às diversas pessoas que também estão se envolvendo. Nós teríamos que ouvir as pessoas que estão aqui, uma a uma. Cada um dos senhores tem dentro de si toda uma carga de vida, de experiência, de luta, de esperança, de desânimo, de uma série de problemas – isso nós sabemos. Porém, nós temos aqui a equipe que acompanhou todo o processo, a nossa equipe – já são dez anos de luta -, então nós, mais ou menos, colocamos todos os problemas que estão aí,

diversos oradores que nos precederam colocaram todos esses problemas, outros estão por ali escondidos. Nós apoiamos, eu apoio, estou por dentro disso, acompanho, não vou repetir todos os problemas, que ficaria muito cansativo, porém, é verdade, uma coisa é importante: primeiro, nós, os moradores das quatro Ilhas, precisamos tomar consciência de que somos uma nova região de Porto Alegre. Antes pertencíamos à região de Humaitá/Navegantes; brigamos, lutamos para nos separar, porque os problemas são totalmente diferentes; agora, se nós, como comunidade, não assumimos, não tomamos consciência, é muito difícil às autoridades realizar qualquer coisa. Não dá para realizar se não estivermos unidos.

Eu quero chamar a atenção para que nós precisamos nos unir, todas as Ilhas, as quatro, mas cada Ilha tem o seu modo próprio de ser, cada Ilha é quase uma região diferente da outra, há uma série de problemas. Então, a Ilha do Pavão tem que tomar consciência, e eles, os moradores, entre si, se unirem, se ajudarem, estarem presentes, buscarem solução para os problemas, surgirem novos líderes. Na Ilha dos Marinheiros, a mesma coisa. A nossa Ilha é comprida, os moradores de uma ponta nem sabem que existem os outros na outra, não se conhecem. Então, precisamos nos unir, precisamos criar um espírito, devem aparecer novas lideranças. Na nossa Ilha, há três, quatro pessoas que se reúnem, todas as semanas, para duas, três reuniões, mas estamos cansando, e, se não estamos presentes em todos esses organismos, a gente fica esquecido. Todo mundo sabe que quem não é visto não é lembrado. Então, as Ilhas, como um todo, têm que estar presentes. A comunidade, os senhores que estão aqui, falem com uma vizinha, falem com outra, pois há uma esperança surgindo. Pelos dez anos de luta e briga, a gente tem motivo para desacreditar, mas, atualmente eu acredito que vai mudar; mais um ano, ou dois, ou três, nós vamos ter uma mudança muito grande na Ilha, eu acredito. Acredito nesta equipe, no Zülke, que acaba de nos deixar, que nos acompanhou desde o começo; dez anos, sempre estiveram conosco, ele, a Secretária; a Angélica, a mesma coisa; e outros.

Agora temos nova equipe na Prefeitura, precisamos dar apoio a eles, acolhê-los também. A mesma coisa com a nova Administração no Estado. Devemos nos unir, apoiar, criar ideias, dar sugestões. Mas eu pediria: vamos ajudar os vizinhos! Volta e meia eu falo. Inclusive, esses dias, uma Fulana: “Olha, eu ajudo o Fulano, eu ajudo aquele outro”.

Então, se estivermos unidos, um ajudando o outro, nos dando as mãos, eu acredito que as coisas vão melhorar. Temos ainda muitas dificuldades, todo mundo está sabendo, porque há muitos organismos diferentes envolvidos num parque, numa área como essa. Há muita gente envolvida. Porém, estamos unidos, participamos e acreditamos que poderemos, dentro de poucos anos, certamente ter uma nova visão das Ilhas, um novo aspecto, uma nova vivência, porque temos esperança em Tarso Genro.

Eu só queria insistir com todos vocês, também com os moradores, cada Ilha tem os seus problemas, na Ilha dos Marinheiros, aquela área da Ipiranga, acho que tem qualquer coisa por ali. Outra coisa: nós precisamos de um ginásio de esporte polivalente, estou insistindo e brigando, porque a Ilha dos Marinheiros é um grande Município, está com quatro mil habitantes. Há municípios com 1.500, 2.000, 3.000 habitantes, e aí tem toda uma estrutura. Se não conseguirmos uma área agora, nunca mais vamos ter.

Ginásio polivalente quer dizer o seguinte: ginásio para os jogos; ao lado, corredores sem bancos para as pessoas caminharem; no fundo, um pátio grande para apresentações, teatro, festas, outras coisas; salas laterais para os jovens, para biblioteca; sala para joguinhos, pingue-pongue, outras coisas. Para onde eles vão, se ele não tem um lugar, uma sala para o clube de mães, uma sala para um outro grupo de senhoras que vão trabalhar? Precisamos de uma área esportiva. Onde as crianças vão brincar? Na rua? Então, nós temos que brigar para ter uma área para isso.

Outra coisa: nós temos que brigar para conseguir uma área, ao longo da faixa, para colocar três ou quatro lojas bonitas, grandes, vistosas, para todos os artesões poderem ir lá vender os seus produtos, e quem passar na rua dá uma entradinha, tem alguma coisa. Acho que é outra reivindicação, importantíssima, e, ao longo da nossa rua, até lá para cima do centro marista, mais dois miniparques recreativos para as crianças. Na hora da questão fundiária, temos de ver isso também, mas isso tem que ser alimentado; “povo, olha aqui, pode ser isto, podemos fazer aquilo”; as mães, todo mundo. Vamos trabalhar junto, e nós vamos conseguir fazer um bom trabalho dentro de poucos anos. Obrigado pela atenção e obrigado à Mesa. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Obrigada, Irmão. O Sr. Paulo Francisco Barreto, Delegado do OP na Comissão, está com a palavra.

**O SR. PAULO FRANCISCO BARRETO:** Boa-noite a todos. Infelizmente eu vejo bastante espaço vazio aqui, porque nem toda a nossa população tem condições de vir prestigiar esta Casa neste momento. Talvez eu seja um tanto redundante no que eu vou falar, mas é que os problemas lá são batidos, rebatidos, novamente, rebatidos, e não saem da mesma. Tem muita coisa lá que está simplesmente esquecida; o nosso povo está esquecido.

O que acontece é que, quando Cabral descobriu o Brasil, descobriu o paraíso. Virou nisso que nós conhecemos hoje. Quando os mais abastados descobriram as Ilhas, criaram residências, mansões, área de lazer exclusivamente para eles próprios e para os seus amigos, e o povo da Ilha, ao mesmo tempo, ficou esquecido. Simplesmente, eu gostaria de ver, um dia – até eu questiono a competência da Polícia Rodoviária Federal de sair derrubando casas do proletariado nas Ilhas –, quando eles vão derrubar uma mansão daquelas. (Palmas.) Isto aqui é uma coisa que até nem diz respeito a esta Casa, nem à Assembleia Legislativa, é um problema federal, é com o âmbito federal, mas com o nosso âmbito estadual e municipal aqui, temos vários problemas. Existe o Programa Minha Casa, Minha Vida, que não entrou nas Ilhas; aliás, nem mesmo o “meu túmulo, minha morte” não entrou nas Ilhas, porque agora não temos nem cemitério para enterrar o nosso povo. (Palmas.) É um fato que está meio esquecido de todo o pessoal aqui; pediram que eu lembrasse isso. Mas é importante dizer que não temos o direito de nascer, de morar, nem de morrer agora.

Com referência ao espaço que seria a antiga Ipiranga, havia, a princípio... Isso me lembra muito a questão da antiga Companhia Siderúrgica Nacional, que, no ano em que os empregados fizeram greve e ameaçaram desligar os fornos, simplesmente em virtude da famigerada Lei de Segurança Nacional, o Exército baixou lá e metralhou os funcionários, obrigando-os a simplesmente acabarem com a greve. Dois anos depois, trocado o Governo, o imbecil aquele que presidiu o nosso País por alguns anos, o Collor de Mello, vendeu a Aços Finos Piratini, que era a “nata”, era o melhor que tínhamos em termos de patrimônio misto.

Muito bem, em todas as Ilhas, existe um patrimônio natural muito grande. Gostaríamos que isso fosse preservado. É imprescindível a preservação desse meio. Só que simplesmente, vejam bem, no 1º BPM de Porto Alegre, só na reforma dos alojamentos dos policiais militares, foram gastos 282 mil reais, se não me engano. Só para reformar os

alojamentos, que, por sinal, não sei nem se são usados pelos oficiais. Ao mesmo tempo em que ali foram gastos 200 e poucos mil, quase 300 mil reais, a Governadora se negou a pagar um milhão, o pessoal arredondou para um milhão, o projeto da APA, que é um projeto necessário para a nossa população e para o interesse de todo o Rio Grande do Sul, e ela se negou a pagar um milhão de reais para um estudo de uma área enorme, complexa, com complexidade biológica, complexidade humanística. Isso tudo está esquecido. Então, em primeiro lugar, eu gostaria, com referência ao Governo Estadual, de ter o prazer de dar adeus a este Governo incompetente que se manteve por quatro anos sem fazer nada. Agora, essa é uma dúvida: soube que há dois projetos para construção de marinas, que estão para serem aprovados nos últimos dias de Governo. Aí, eu questiono: qual seria a intenção em liberar esses projetos nos últimos dias de Governo? Quem sabe a população pudesse fazer uma vaquinha e fazer uma contrapartida. Dependendo da comissão que a pessoa receber para... Quem sabe nós fazemos um leilão do valor dessas marinas para que não sejam construídas. O nosso povo precisa de trabalho digno, honesto e decente. Não queremos mais ser vilipendiados pelo Poder Público, mas, acima de tudo, queremos dignidade, que é o que não estamos tendo. Acho que haveria muita coisa para falar para vocês, mas a minha memória é meio curta, acho que isso seria o suficiente por enquanto. Agora, pelo amor de Deus, agradeço às pessoas aqui que têm interesse real em trabalhar. As pessoas que não trabalham, pelo amor de Deus, vão dormir em casa, não incomodem mais a nossa população. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** O Sr. Valdir Coelho, Conselheiro do Orçamento Participativo e Presidente da Coopeixe, está com a palavra.

**O SR. VALDIR COELHO:** Boa-noite à Mesa. Eu fiquei para o fim, para falar sobre a situação do nosso cemitério. Ainda bem que o Paulo contemplou esse assunto, mas eu estou bem confiante com essa parceria e a maneira como está construída essa articulação da Prefeitura com a comunidade e as lideranças que nós temos na Ilha, os Conselheiros, os Delegados. A gente está tendo uma nova visão de trabalho junto com as bases. Como morador da Ilha, eu tenho certeza de que nós vamos chegar no que é ideal para as nossas Ilhas. A Angélica é uma pessoa que vem há anos trabalhando. E, dentro da Prefeitura, nós não tínhamos uma pessoa que fizesse essa ligação com a comunidade

das Ilhas, mas hoje nós temos, e não sou só eu que digo, as pessoas reconhecem, o Luciano Marcantônio. (Palmas.) É uma pessoa que está no dia a dia das Ilhas, batalhando, vendo e construindo conosco. Eu quero falar de uma moradia, muitos falaram, mas é uma moradia diferente. É uma preocupação nossa, moradores, nativos da Ilha: o cemitério. O cemitério tem mais de 60 anos, e circunstâncias que aconteceram há meses na Ilha Grande, uma moça que faleceu, a Eliane que me falou sobre a Rose, foi dramático aquele sofrimento por não ter um lugar para poder fazer um enterro decente. Essa situação do cemitério ficou uns 50 anos com a administração da Prefeitura de Porto Alegre. Eu não me lembro, agora, uns cinco, seis anos atrás, como é pertencente ao Município de Porto Alegre, foram lá, induziram, dizendo que iriam construir e, agora, abandonaram. Estamos esperando por esse falado Plano de Manejo. Eu tenho até medo de falar, porque falam nisso, mas nunca acontece. Esperamos que possa acontecer para nós resolvermos essa situação. Eu, como morador, quero ter o meu lugar ali, na minha terra. Tem uma pessoa que faz música, o Jair, e ele fala uma coisa que é muito clara: lá nas Ilhas a gente não morre, porque ali é o paraíso. E eu quero ficar lá.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Muito bem. Obrigada, Valdir. Nós tivemos aqui um bom panorama das demandas das Ilhas, repetidas várias vezes. Eu só tenho a acrescentar aqui, para depois voltar a palavra, vou pedir bastante objetividade para responder, e nós construirmos o encaminhamento. Eu quero parabenizar as mães e as crianças, pois hoje, cada vez mais, a gente vê a compreensão das crianças, para participar dessa luta; elas que gostariam de estar, talvez, brincando em casa, e a paciência das mães, porque as crianças vão se cansando, e lidar com isso não é fácil. A Ver. Fernanda sugeriu uma reunião com a Comissão de Transição, e eu acho que o caso já é de se reunir com a Secretária indicada, com a Jussara Cony, diretamente. Esse é o primeiro encaminhamento que eu acolho. Nós temos uma Secretária. A Governadora zerou o processo tão esperado, que tão bem está colocado aqui no Termo de Referência, prometido em todas as reuniões que eu fui, estava dito: vai sair o edital, está saindo o edital, está saindo o edital; e hoje a gente tem a notícia que foi anulado, simplesmente a Governadora não botou na rua o edital. Ou seja, não iniciou a contratação do tão sonhado Plano de Manejo, que tem todas as etapas ali necessárias para mirar a negociação, que é todo o levantamento topográfico, populacional, etc.

Então, eu acho que, imediatamente, mas deixando muito claro, a gente tem clareza de que o Governo que está saindo está zerando uma luta de tantos anos e não cumprindo uma promessa de tantas reuniões que nós ouvimos juntos várias vezes. Vamos, então, pedir prioridade.

Encaminhamos, então, com a nova Secretária Estadual do Meio Ambiente. O outro encaminhamento que eu estava combinando com o Juramar, eu vou marcar uma reunião, Bia, com todos vocês, com o Ildo Gasparetto, que é o Superintendente da Polícia Federal, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, com a comissão de moradores, e aí os Vereadores que quiserem nos acompanhar, para tratar do tema Polícia Federal e Concepa, e a relação com as comunidades. Encaminho isso também, e acho que uma coisa é muito clara para nós, que quem não resolve são os Governos, e quem sofre a violência de não ter solução é a população. Isso não dá para continuar.

Sobre o Governo Municipal, eu quero já propor aqui, porque já vai se falar para o final os representantes, que o Governo imediatamente incorpore, pois foi compromisso lá na Comissão do Estado, está um dos itens do resultado aqui, foi aprovado na Audiência do dia 4, que os representantes dos moradores serão incluídos no Grupo de Trabalho, Luciano. Eu sei que isso ainda não aconteceu, então eu solicito que imediatamente sejam incorporados os representantes em um Grupo de Trabalho Municipal para ir acompanhando *pari passu* todos esses encaminhamentos. Tu deste a notícia aqui de dois editais, então já poderia saber os tempos, e o Governo vai, vamos dizer, “errando menos”, usando as tuas palavras. Estás com crédito muito grande com as Ilhas, então nós queremos dar passos para a frente.

Também queremos propor ao Governo Municipal a instituição de um Grupo de Trabalho coordenado pelo Planejamento para fazer o processo de inclusão das áreas no PPDUA, ou seja, no Plano Diretor. Porque não dá para a Câmara fazer isso, porque há uma série de estudos que são necessários, mapas, redesenhar o mapa – o Udo eu acho que vai falar sobre isso daqui a pouco. Eu quero deixar, como tarefa, acrescentar a esse Grupo de Trabalho, Luciano, porque, gente, nós queremos fazer as coisas juntas: resolver os problemas imediatos, tem que arrumar a rua, tem que recolher o lixo, tem que ter assistência social, tem que botar luz, água, mas nós não podemos deixar o processo, que é definitivo de regularização, parado, ele tem que ir andando. Os passos aqueles para vocês terem a terra de vocês, a matrícula de vocês, o lugar de vocês definitivo, eles têm

que andar, é um processo mais complexo, mas tem que andar, tem tarefas municipais, estaduais e federais. Então eu sugiro que o Município já pense conosco, com a Câmara, que passo nós vamos dar, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, porque o Plano Diretor hoje ainda diz o quê? Que lá é uma área de preservação, ele só reconhece a Ilha da Pintada como um centro urbanizado. Então nós precisamos caminhar para o Plano Diretor prever os indicadores para fazer a urbanização. A gente sabe que depende de vários estudos que a Yeda não encaminhou, outros o Governo Municipal está encaminhando, mas vamos fazer o planejamento dessa inclusão.

Eu queria passar a palavra a todos da Mesa que quiserem se manifestar, de forma bem objetiva, eu sei que muitos não falaram aqui, mas eu vou dar dois minutinhos para cada um.

O Sr. Luciano Marcantônio, Secretário-Adjunto de Coordenação Política e Governança Local, está com a palavra.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, é esse teu conceito que nós precisamos para poder fazer com que esses anseios das lideranças que se pronunciaram da tribuna, de forma muito clara, demonstrando toda a angústia, porque há realmente uma falta de políticas públicas para as Ilhas, e nós temos que avançar. Esse também é o conceito de trabalho da Ver.<sup>a</sup> Fernanda que colocou com muita clareza e consciência, ou seja, vamos nos unir a favor das Ilhas. É isso que precisamos para fazer com que as Ilhas se transformem.

Rapidamente, então, porque já está todo mundo cansado, quero dar respostas bem objetivas. Sobre o Plano de Manejo, é responsabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, não é da Prefeitura de Porto Alegre. Isso não exige a Prefeitura de avançar na construção do Plano Diretor das Ilhas, do qual nós temos um prazo que não é nem de um ano para apresentá-lo. Mas o Plano Diretor precisa, para que seja concluído na sua plenitude, do Plano de Manejo. Então agora temos que, junto com o Governo do Estado, trabalhar o Plano de Manejo e o Plano Diretor de Porto Alegre. Mas Plano de Manejo é do Governo do Estado.

A área do Ipiranga, conforme a informação de hoje que o Governo do Estado nos passou, a gestora do Parque Estadual Delta do Jacuí, conforme consta no Processo de doação para o Município, é do Estado. Se alguém comprou, foi enganado. Então, cabe ao

Governo do Estado reivindicar a sua área. É do Estado, e é uma das cinco áreas que o Estado nos ofertou. Então, de forma nenhuma, se fosse uma área que não é do Estado, o que não é o que diz o Estado, a venda dessa área inviabiliza um programa habitacional das Ilhas. Porque é uma das cinco áreas, e as áreas que temos comporta totalmente a necessidade, hoje, habitacional para as Ilhas. A questão da Concepa é de âmbito federal, o que não exige o Município...

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Luciano, deixa eu te perguntar: o Governo do Estado está agindo para recuperar essa área, ou não?

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Essa informação eu não tenho.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Não tens. Então eu já proponho que nós, formalmente, façamos a denúncia ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, para todo mundo de que essa área foi vendida ilegalmente, porque eles terão que tomar providências. Então, já encaminho isso também.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** E o Município também vai contribuir para esclarecer esse assunto, porque é a informação do Estado.

Quanto à questão do cadastramento, nós temos hoje 300 mil reais. Amanhã vou encaminhar a Ata da decisão da Câmara de Medidas Compensatórias da SEMA, que já determinou que a Cotizou invista esses 300 mil reais como medidas compensatórias para nós, finalmente, fazermos o cadastramento de todos os moradores de áreas de risco, moradores que necessitam ser inseridos no programa habitacional – e aí já incluí a questão, também importante para nós, dos carroceiros e carrinheiros.

Como eu já falei, essa ata eu vou passar para a Ver.<sup>a</sup> Sofia amanhã. É uma decisão de 15 de outubro e já estamos em tratativas com a Cetesul para que ela imediatamente contrate uma empresa. Esse cadastramento é supervisionado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, pela FASC, pelo DEMHAB, pela Prefeitura de Porto Alegre, e vai ser coordenado em conjunto com as lideranças das Ilhas. Nós temos, agora, que ir para cima o mais rápido possível com a Cetesul. Já iniciei o contato, a Cetesul é uma empresa que se localiza no Rio de Janeiro. Mas não interessa, vamos reunir imediatamente, vamos nos

unir, porque na verdade esse recurso é uma medida compensatória que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente aprovou o projeto da Prefeitura de Porto Alegre para fazer o cadastramento e o estudo também das áreas. Mas, para não demorar, o DEMHAB já botou o edital na rua do estudo das áreas. Esse estudo poderia ter sido feito há seis anos, e agora foi feito o edital para o estudo das áreas. Então, temos o edital na rua para o estudo das cinco áreas e já temos 300 mil para a Cetesul investir no cadastramento socioeconômico.

Quanto à questão do cemitério, que eu também participei ativamente, fui lá à noite, na verdade foi fechado pelo Prefeito de Eldorado do Sul sem comunicar nada para a Prefeitura de Porto Alegre. Imediatamente a Prefeitura de Porto Alegre junto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, colocaram-se completamente à disposição para continuar fazendo, com toda a atenção e estrutura necessária, o enterro de pessoas de baixa renda, como tem em Porto Alegre, dando uma atenção especial para essa questão das Ilhas.

Não sei, no momento, o que nós podemos fazer em termos de construir um cemitério público nas Ilhas. Mas esse que foi fechado, foi por um decreto do Prefeito de Eldorado. E se a Secretaria Estadual do Meio Ambiente fizer um estudo viabilizando a questão do cemitério continuar recebendo mais pessoas lá, depende de um estudo da SEMA, que é o que eles estão aguardando lá. O Prefeito de Eldorado, na época, na reunião que nós fizemos no CAR, disse: “Depende do estudo da SEMA, porque as pessoas que são enterradas estão contaminando o solo, e tal.” Então, nós temos que ter um estudo da SEMA que viabilize a reabertura do cemitério, que é do Município de Eldorado do Sul. Mas a Prefeitura de Porto Alegre pode, junto com a Câmara de Vereadores, pensar numa alternativa para termos também lá um cemitério público de Porto Alegre. Mas isso depende de uma decisão conjunta.

É isso, pessoal. Muito obrigado, Vereadora, pela oportunidade; Juramar, muito obrigado; a todos vocês que falaram, e vamos continuar nos reunindo. Essa interlocução é necessária para que possamos, juntos, chegar a uma solução definitiva para a questão das Ilhas. Quanto ao Grupo de Trabalho, só para não esquecer, realmente não se formou um Grupo de Trabalho formal com relação a toda essa construção nas Ilhas, e vamos fazer isso, apesar de que todos esses passos que eu tenho dado têm sido muito

debatidos com todos os conselheiros, delegados do OP, presidentes de associações e praticamente 90% das lideranças que se pronunciaram aqui. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** O Sr. Oswaldo Cauduro está com a palavra.

**O SR. OSWALDO CAUDURO:** Boa-noite. Sou Diretor da Divisão de Limpeza e Coleta do DMLU. Talvez na Ilha a gente não faça tudo que deveria fazer, de resto, em toda a Cidade. Não pode transitar em julgado que o DMLU não faz. Vou me permitir citar alguns dados. Temos fixo nas Ilhas uma capatazia. Tem um setor do DMLU fixo lá. Temos 30 funcionários da empresa contratada e 5 funcionários do Quadro, que prestam um serviço de limpeza, varrição e coleta de focos. Na Ilha da Pintada, diária, de segunda a sábado; na Ilha Mauá, de segunda a sábado também; na Ilha do Pavão, de segunda à sexta; na Ilha Grande dos Marinheiros, segunda, quarta, sexta e sábado, esse mesmo serviço de limpeza e varrição; e na Ilha das Flores, terças e quintas-feiras. A coleta dos resíduos públicos é feita pela contratada CONSTRURBAN, que usa um caminhão compactador e uma caçamba. São coletados, em média, 360 toneladas/mês oriundas de focos de lixo, em sua grande maioria. A coleta domiciliar é prestada três vezes por semana, terça, quinta e sábado, com utilização de dois caminhões compactadores da empresa QUALIX, que coletam em média 180 toneladas/mês. Basicamente, esse é o serviço que a gente faz. Então, o DMLU está prestando um serviço na Ilha.

Com relação à questão apontada do horário...

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Onde encaminhar queixas de não atendimento?

**O SR. OSWALDO CAUDURO:** Na capatazia, na Sessão Centro, ou para mim, lá na Diretoria, na Azenha. Quanto à questão do horário das 23h30min, nós coletamos lixo em toda a Cidade. Em Porto Alegre, em muitos bairros e em alguns bairros nobres, a coleta também é à noite. Mas nós não somos intransigentes, eu anotei e vamos ver, se der para melhorar a questão do horário, nós vamos melhorar.

Quanto à questão, também, que a senhora apontou, que o caminhão passa, derruba o lixo e não recolhe. Essa foi uma preocupação nossa quando firmamos o contrato com a empresa QUALIX e tem cláusula contratual que o caminhão tem de recolher o lixo

ensacado e o lixo que não estiver. Porque aí tem incidência de pessoas que mexem, cachorro que rasga o saco. Então, se vocês prestarem atenção, em todos os caminhões têm enxada, pá e vassoura.

Vou falar com a chefia e com o Chefe da Capatazia das Ilhas para atentar no que diz respeito à fiscalização dessa questão. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Muito obrigada, Cauduro. Passo a palavra para o Sr. Udo.

**O SR. UDO MOHR:** Eu queria, em primeiro lugar, agradecer à Ver.<sup>a</sup> Sofia pelo convite para vir a esta Audiência, porque o Delta do Jacuí é uma área em Porto Alegre pela qual tenho uma paixão especial. Desde que eu vim morar em Porto Alegre, há 53 anos, que venho procurando conhecer a natureza de Porto Alegre. E o Delta, seguramente, não é apenas um lugar especial em relação à Porto Alegre, é um lugar especial em relação ao Planeta Terra. Não existe uma área com essas características em lugar nenhum, seja em termos de natureza, seja em termos de uso pela população.

Eu fui Coordenador do Plandel, que é o Grupo de Planejamento do Parque Delta do Jacuí, que foi criado no fim de 1976, em função do Decreto que criou o Parque, no início de 1976. Esse grupo foi montado pela Prefeitura e pelo Estado, justamente para fazer um plano básico, que foi concluído em 1978. Esse plano básico era o pontapé inicial para um trabalho, era o início de parâmetros a serem trabalhados dentro no Delta do Jacuí, como uma área de preservação, como uma área com uma população que deveria ser mantida nesse local.

Nós fizemos, apesar de ser em plena ditadura, um trabalho com a comunidade, inclusive foram definidas áreas, que hoje são áreas de APA, como áreas de uso restrito, ou seja, áreas onde a população seria mantida.

Bom, esse plano foi concluído em 1978. Em 1979, encaminhamos os Decretos que foram assinados pelo Governador. A partir daí nós temos 31 anos de inércia com relação ao Delta do Jacuí. Há algumas iniciativas, eu fiquei muito satisfeito quando vi o Termo de Referência feito pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas do Rio Grande do Sul – Defap –, de 2008. Nesses dois anos, quanto a esse Termo de Referência, o trabalho proposto aqui poderia ter sido concluído, se eles tivessem sido iniciados. E esse

trabalho é o trabalho básico para se estabelecer as condições não apenas do Parque, mas as condições para regulamentar a ocupação do Parque, a utilização, a manutenção das habitações em termos dignos. Trabalhar em cima dessa situação, desse universo do Parque Delta do Jacuí, é uma oportunidade ímpar de se dar um exemplo para o mundo inteiro de que a questão ambiental jamais pode estar dissociada da questão social; elas têm que estar juntas, e nós podemos dar o exemplo em termos de preservação ambiental e moradias absolutamente sustentáveis dentro desse esquema.

Hoje em dia, nós temos conhecimento de que – aliás, não é um conhecimento novo, é um conhecimento que milenarmente várias sociedades sabiam empregar, e que somadas às novas técnicas que nós temos e podemos utilizar – é possível construir, fazer uma urbanização sustentável com edificações sustentáveis.

Então, o que é preciso? É preciso tomar atitude! Eu fico muito satisfeito quando eu vejo que a Prefeitura está disposta a assumir isso. É uma questão política que tem que ser, obviamente, levada adiante, e tenho a esperança, tenho a certeza – até porque conheço o Governador que vai assumir -, de que ele vai levar com seriedade essa questão, assim como a Secretária – eu acho que muito acertadamente ele escolheu para ser Secretária do Meio Ambiente -, eles vão encarar esse problema.

Então, eu vejo uma grande esperança de resolver o problema do Parque, porque em 1978, quando se fazia o plano, o ecologista José Lutzenberger participava desse trabalho, e ele dizia que a implantação desse Parque e a solução da questão da habitação levariam de dez a vinte anos para ser resolvidos. Nós passamos trinta e um anos e nada foi feito, pelo contrário, as condições só pioraram.

Então, eu acho que agora nós temos as condições, realmente, de implementar isso e dar dignidade às pessoas que moram lá para resolver o problema da preservação desse Parque definitivamente.

Eu fico pasmo quando eu vejo... eu sabia de uma marina que está sendo aprovada em Eldorado, o que é, realmente, uma aberração. Se abrirem o *site*, vocês vão ver que é, realmente, uma aberração dentro do Parque. Agora, eu fui informado que há mais uma marina; isso é um crime, assim como é um crime aquelas mansões que estão sendo construídas lá, em detrimento total do meio ambiente. Porque o meio ambiente e a vegetação são arrasados, as margens são deterioradas, é feito um aterro e em cima disso é feito um paisagismo exótico, que não tem nada a ver com o local. Então, essas coisas

têm que ter cobro, têm que ser resolvidas, e há condições, nós temos hoje condições de solucionar. Eu acredito no Estado e na Câmara de Vereadores, com a satisfação de ver a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon presidindo esta Câmara. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Udo. O Udo é professor da UniRitter, leva os seus alunos a visitar as Ilhas, estudar, mostrar os problemas e as potencialidades e se dispôs a fazer conosco – o Ronaldo Zülke fez uma visita por terra – uma visita por água, de conhecimento, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda também quer ir junto. Estamos marcando para janeiro, com uma comissão de moradores, para a gente poder ir valorizando, sempre chamando a atenção, a gente vai manter atividades para que não pare esse processo.

Quero registrar aqui a presença do Secretário do Meio Ambiente de Canoas. Muito obrigada, chegaste depois, acabamos não te chamando para a Mesa. Canoas está muito atenta, a parte que cabe a Canoas a gente sabe que vai andar muito bem.

O Sr. Pedro, representante do Ministério Público, está com a palavra.

**O SR. PEDRO MALLMANN SALDANHA:** Boa-noite a todos, boa-noite à Mesa, aos senhores e senhoras, eu gostaria, em nome do Ministério Público, agradecer à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, eu sou assessor da Promotora Annelise Steigleder, que não pôde vir, então, represento-a nesta Audiência Pública. O que acontece? Primeiramente, existe uma ação civil pública contra o Poder Público com relação a todas as questões do Delta do Jacuí, querendo que seja realizado um plano de manejo, entre as coisas mais importantes, e também muitas questões, como moradia para a população, os aspectos sociais, etc.

Eu vim a esta Audiência Pública para questionar sobre o Plano de Manejo, do qual, infelizmente, ainda não se tem muitas notícias positivas, e também sobre o Plano Diretor. Entretanto, já coloco para os senhores que entrei em contato com o Sr. Luciano, e nós faremos uma reunião; amanhã mesmo estarei na Promotoria colocando as questões que foram anotadas para a Promotora Annelise Steigleder, a fim de que se consiga caminhar mais rapidamente, também com o auxílio do Ministério Público.

Além disso, gostaria de colocar que o Ministério Público tem compensações de empresas para APAs, como, por exemplo, o Delta e a APA do Banhado Grande; ou seja, uma empresa que realizou uma infração, ela paga uma multa, que é colocada como uma compensação em Área de Preservação Permanente, etc.

Então, se for possível, organizem uma lista com o que está sendo necessário, porque eu tenho conhecimento de que, muitas vezes, nós já fornecemos as compensações para aquisição de rádio, até de automóveis para a Polícia, para que seja feita uma fiscalização e melhorem as questões ambientais da APA do Delta do Jacuí.

Tenho mais duas questões e vou ser bem breve. Quanto à área da Ipiranga, amanhã mesmo estarei levando a denúncia a fim de que se faça uma reunião com o Estado – acho que seria a SEMA – para ver o que aconteceu e o que podemos fazer com relação a esse fato.

E, com relação à situação da marina, em Eldorado do Sul, que ele colocou agora há pouco, gostaria de contribuir com a informação de que existe uma ação civil pública. O inquérito foi instaurado um julho, e a ação civil pública já entrou em trâmite. Não vou colocar o nome da marina, porque acho que não é correto, mas existe, e as obras estão paradas, porque a liminar foi deferida. Não quer dizer que o Ministério Público não entenda que as questões econômicas e o meio ambiente não andem juntos; com certeza andam juntos, mas o nosso trabalho é fiscalizar e verificar se vão andar da maneira correta, por isso foi instaurado o inquérito e depois a ação civil pública. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. UDO MOHR:** Acho que uma questão que me parece muito importante é que, pelo estudo que se fez em 1977, 1978, nós constatamos que as Ilhas, todas, desde a legislação de 1867, são de domínio do Estado. Rios que têm nascente e foz no Estado, Ilhas e margens são de domínio do Estado. Então não existem títulos legais nessa área. E como é que pode se vender uma área, se não existem títulos legais? Se a área é do Estado, se é de domínio do Estado, o Estado tem todas as condições de implantar as populações. Então acho que tem que ser levantado e aprofundado esse conhecimento. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** Obrigada, Pedro. Que ótimas notícias! O Ministério Público tem sido muito parceiro nesse tema, e eu sugiro à comunidade que já organize, vocês já tem um comitê permanente funcionando, as listas de investimentos prioritários para destinar esses recursos advindos de multas. Eu entendi que são investimentos paliativos, vocês já levantaram várias necessidades aqui. Então sugiro,

Pedro, como tu vais encaminhar uma reunião, que a Câmara e a comunidade possam ser avisadas para irem com uma representação e já levarmos as sugestões para o investimento dos recursos das multas nesta reunião. Podemos combinar assim? (Assentimento do Sr. Pedro Mallmann Saldanha.)

Então, por favor, registrem a tarefa com a comunidade e as lideranças.

A Sra. Angélica Mirinhã, representando o Deputado Ronaldo Zülke, está com a palavra.

**A SRA. ANGÉLICA MIRINHÃ:** Boa-noite a todos e a todas – a todas porque a mulherada tem o seu papel estratégico neste momento; lugar de mulher também é na política, está sendo provado hoje – e eu queria fazer uma saudação especial para as mulheres, para a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, para as nossas lideranças, porque, infelizmente, a maioria é de mulheres, os homens que me desculpem. (Palmas.) Eu gostaria de colocar que no caderno, na pág. 23, no item 2 – relato do trabalho realizado –, a gente tem aqui – eu gostaria que o Ministério Público também escutasse... (Pausa.)

Eu gostaria, então, continuando, de transmitir que, na nossa caminhada, nas quatro Audiências Públicas, em todo esse processo de acompanhamento – como bem disse o Valdir, já faz mais de 15 anos -, a gente tem lutado e tem estado presente nesses processos que as lideranças organizadas das Ilhas têm acompanhado ativamente, com a garra e com a força que eles têm nesse processo de exclusão, nesse processo difícil que é legitimar a sua condição de cidadão num espaço tão privilegiado e que tem tantos processos econômicos à vista, em disputa, e que não prioriza a vida do ser humano. Por isso, nós tiramos, na Comissão, a constituição de um comitê, que é o Comitê Salve o Delta do Jacuí e Toda a Sua Gente. Então, esse Comitê foi instalado na última reunião da Audiência Pública. Hoje é a segunda reunião do Comitê. Então, é um Comitê que existe; inclusive, eu queria dizer para a Prefeitura que eu acho que esse Comitê tem que ter continuidade, e que todos os processos de encaminhamentos, que inclusive a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon fez, poderiam se dar a partir desse Comitê. O Comitê, como já está instalado e já existe, tem todos esses membros que fazem parte. Então, ele poderia ter um espaço dentro da própria Prefeitura, e eu proponho que a gente tenha uma agenda com o Prefeito Fortunati para que a gente possa costurar esse processo e fazer essas reuniões lá no Salão Nobre do Paço Municipal. Por quê? Porque nós precisamos demarcar esse processo na importância e na prioridade que ele tem.

Outra questão que eu queria colocar: o Deputado Zülke, pelo voto popular e pela garra dos seus militantes e apoiadores, hoje é Deputado Federal. Na esfera federal, nós temos a possibilidade de encaminhar várias coisas. Inclusive, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, quanto à questão da Polícia Federal, o Dep. Zülke está tentando fazer uma iniciativa para que possamos trabalhar essa questão de uma forma diferenciada, também pela busca das lideranças, das denúncias que a Bia e outras lideranças têm feito no Gabinete. A questão da Concepa, acho que a gente tem que costurar junto.

O Ministério das Cidades tem o programa especial de assentamentos precários. E acho que, agora no novo Governo da nossa Presidenta Dilma, nós temos que tentar trazer isso para cá, porque é um processo interessantíssimo. Foi idealizado no Rio de Janeiro em favelas precárias, com condições mínimas de sobrevivência. E há um vulto de recurso considerável, porque é um tratamento especial que tem que se dar para esse projeto das Ilhas.

Acho que essa caminhada, que não é impossível, tem que ser resgatada, e temos que tentar fazer com que esse nosso processo seja diferenciado.

Temos também, a partir da questão da Comissão, o advento da Agenda 21, que é um projeto nosso para o ano que vem. Dentro da Agenda 21, a gente trabalha questões socioeconômicas. A questão da renda, pelo lixo, tem que ser discutida prioritariamente. Está na hora, sim, de trabalharmos isso como um projeto diferenciado. Há muito recurso do Governo Federal para a questão da reciclagem. É um recurso bastante considerável, que podemos viabilizar. Nós temos aí, com o Juramar, inclusive, uma conversa com os carroceiros. Temos que tomar uma medida, porque essa Lei vai fazer com que eles percam a força de trabalho, e é uma coisa muito considerável. Então, temos uma pauta muito grande e precisamos estar muito atentos.

Queria sugerir também, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que, na reunião com a Secretaria do Meio Ambiente, viesse um representante da Secretaria de Habitação do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre. Por quê? Para podermos costurar tudo junto, para não isolar esse processo e poder ter a responsabilidade de todos os órgãos trabalhando nesse Comitê, de uma forma conjunta.

Para encerrar, quero dizer que estamos acompanhando pelo COMATHAB – Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação; temos uma pauta agora para o ano que vem referente às Ilhas. E também quero anunciar às lideranças que existe uma vaga de

Conselheiro Suplente no Conselho Municipal de Habitação das Ilhas. Hoje eu gostaria de ver quem quer se candidatar, para eu já sair daqui com o nome dessa pessoa para que, também pelo Conselho de Habitação, possa ser acompanhado esse processo. Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** O Sr. Juramar Vargas está com a palavra.

**O SR. JURAMAR VARGAS:** Eu vou sair satisfeito desta Audiência. Para mim ficou claro que quanto mais lideranças as comunidades das Ilhas tiverem melhor, porque, como fica melhor mais pessoas falando, para se ter a dimensão da coisa, de como ela é grande; e uma pessoa só não tem condição de dar um contexto, que é grande. Por isso a necessidade de mais pessoas se envolverem. Como disse o Irmão Laurindo, há necessidade de a comunidade se envolver, participar mais. Assim é que há o “despontamento” de novas lideranças. Há a necessidade de mais pessoas se envolverem. Numa Audiência, na Assembléia Legislativa, eu conversei com o Promotor **Luciano** Assis. Talvez eu não tenha me expressado com ele, pelo telefone, de uma forma correta, para ter uma audiência com ele; talvez, por eu não ter envolvido outras lideranças nessa audiência, eu não tenha conseguido essa audiência com ele, exatamente pela questão das áreas. Era uma denúncia que eu ia fazer pela questão de uma área. O Secretário Luciano Marcantônio está ciente disso, e, até, nessa reunião com o Ministério, eu pedi a ele que falasse sobre isso. Nós não tínhamos ainda essa questão da área da Ipiranga, que alguém tivesse comprado essa área, isso foi depois...

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Quero registrar a presença do Ver. Paulo Marques que já estava acompanhando esta audiência. Obrigada pelas presenças, Vereador. (Palmas.)

**O SR. JURAMAR VARGAS:** Fico satisfeito de ter um Assessor do Ministério Público, até a Promotora Annelise provavelmente está convidada para a próxima reunião do Conselho Deliberativo de Proteção Ambiental, que é na quinta-feira da semana que vem.

E há a questão do encaminhamento junto ao Superintendente da Polícia Federal, que é pertinente. Essa questão já vem nos incomodando há muito tempo, e não conseguimos botar um freio nisso, nessa abordagem.

Estive em uma audiência com o Procurador do Ministério Público Federal, quando ele disse que não pode construir num perímetro de domínio Federal, mas, se há uma construção, ela não pode ser demolida, não pode ser ampliada, mas pode ser feita uma manutenção até que haja um encaminhamento de relocação para moradias dignas dessas famílias que lá estão. Essa é a orientação que temos do Ministério Público Federal. No entanto, a Polícia, junto com a Concepa, extrapola na questão das abordagens, na violação dos direitos humanos. E é isso que não queremos. Por mais que tenhamos pautado, não conseguimos colocar um freio nisso.

Eu penso que foi positiva esta Audiência, e que temos que estar acompanhando esses encaminhamentos. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon):** Nós temos uma série de tarefas. A última proposta da Angélica é que o Comitê se reúna na própria Prefeitura – eu quero deixar este desafio e esta proposta para o Ver. Luciano Marcantônio, que, com alguma regularidade convoque o Comitê em Defesa do Delta do Jacuí e de Toda a Sua Gente. Obrigada pela presença de todos! O compromisso desta Câmara é de que, no início do ano que vem, faremos uma nova Audiência. Vamos fazer visita, vamos fazer reuniões para ver o que aconteceu e como andamos. Um abraço no coração de todos vocês, um bom retorno. Um beijo para essa criançada valorosa e para as mães. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h46min.)